



Análise do Programa Mais Educação no contexto da cultura da sustentabilidade

Daniele Blanco Cavalcanti¹
Marco Antônio Ferreira Costa²

Resumo: O Plano Brasil sem Miséria surge visando aliviar a situação de extrema pobreza de muitos cidadãos. Um ano depois, o Programa Mais Educação torna-se parte deste, buscando propagar a Educação Integral. Neste contexto, realizamos uma pesquisa exploratória, onde analisamos as publicações disponíveis no site do Ministério da Educação, utilizando a análise textual discursiva. Os textos analisados abordam diferentes aspectos da cultura da sustentabilidade, envolvendo temáticas como direitos humanos, diversidade cultural, igualdade de gênero, saúde e meio ambiente. Embora o direcionamento teórico destes oriente a superação das dimensões turno e contra turno das escolas, o que também consideramos adequado para o desenvolvimento da cultura da sustentabilidade, ao longo das análises não encontramos propostas claras capazes de unir os aspectos formais e informais presentes no currículo do ensino básico.

Palavras-chave: Educação Integral; Sustentabilidade; Programa Mais Educação.

¹ Professora da Educação Básica e Tutora da formação continuada, licenciada em Biologia, Mestre em Ciência e Tecnologia(CEFET) e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Biociências e Saúde(FIOCRUZ/IOC). Email: nieleblanco@gmail.com

² Engenheiro químico (UERJ, 1975), licenciado em química pela mesma universidade (1976), engenheiro de segurança no trabalho (USM, 1976), especialista em Psicopedagogia (Univ. de La Habana, 1997), mestre em Educação (UNESA, 1996), mestre em Psicopedagogia (Universidad de La Habana / Cuba (1999), cursou todos os créditos do doutorado em Educação pela Universidad de La Habana (1999). Doutor em Ciências (FIOCRUZ/IOC, 2005). Estágios de especialização no Institut Mériex de Lyon/França, Institut Paul Erlich/Dept. Federal de Saúde da Alemanha, Laboratório de Saúde Pública de Berlin/ Alemanha, Hoersht Indústrias Farmacêuticas/Frankfurt/Alemanha, e National Institut of Health (NIH)/ Estados Unidos. Atualmente é professor-pesquisador na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) / Fiocruz, e docente permanente em cursos Stricto e Lato sensu da Fiocruz (IOC, Museu da Vida e Bio-Manguinhos). Atua nas áreas de ensino e pesquisa em biossegurança, metodologia da pesquisa e ensino de ciências. Coordena, atualmente, três projetos do CNPq, e o site educacional "www.biosseguranca.com". Avaliador externo do CNPq do IFRJ. Consultor ad hoc de Comitês de Assessoramento e de Comitês Temáticos do CNPq. Consultor do Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo (CYTED). Participa, como orientador de doutorado, do Convênio Fiocruz / Capes / Brasil sem Miséria - Programa Ensino em Biociências e Saúde (EBS). Líder do grupo de pesquisa do CNPq "Educação Profissional em Biossegurança". Supervisor de Pós-Doutorado / EBS - IOC. Email: costa@fiocruz.br

Analysis of More Education Program in the context of the culture of sustainability

Abstract: The Plan Brazil without Misery arises to alleviate the extreme poverty of many citizens. A year later, the More Education Program becomes part of this, seeking to spread the Integral Education. In this context, we conducted an exploratory study, which analyzed the publications available on the Ministry of Education website, using the discursive textual analysis. The analyzed texts addressing different aspects of the culture of sustainability, involving issues such as human rights, cultural diversity, gender equality, health and environment. Although these theoretical direction east overcoming dimensions turn and turn against the schools, what do we consider also suitable for the development of a culture of sustainability throughout the analyzes we found no clear proposals that unite the formal and informal aspects present in the curriculum of teaching basic.

Keywords: Integral Education; sustainability; More Education Program.

Introdução

Sustentabilidade é um termo polissêmico, apropriado muitas vezes de forma equivocada. Seu conceito surgiu em um momento de crise mundial, onde existia a possibilidade de uma futura escassez de recursos, trazendo ao conhecimento de todos, a oportuna e emergencial reflexão a respeito da nossa dependência dos recursos naturais. Embora nos dias de hoje, já tenha se produzido um arcabouço teórico em torno do assunto, a dúvida em virtude da polissemia ainda envolve e aguça um grande embate teórico, confrontando visões que se aproximam de um capitalismo verde com outras relacionadas à manutenção e implantação de uma sociedade mais equitativa, na qual o acesso aos direitos humanos destaca-se como a base para a busca de uma vida sustentável. De acordo com Nascimento (2012), a sustentabilidade tem duas origens, primeiramente referia-se a capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas diante das agressões antrópicas, depois passou a se vincular a possível futura escassez dos recursos naturais, a equidade social e a qualidade de vida da atual e das futuras gerações. Neste contexto sustentabilidade passa a abranger justiça social, intergeracionalidade e valores éticos, assim a dimensão social torna-se integrante da questão ambiental, e diante disso podemos afirmar que em uma sociedade sustentável todos devem possuir as mínimas condições para uma vida digna, o que deve ser assegurado pelo Estado por meio de políticas públicas.

Tal como Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), compreendemos a sustentabilidade como um critério capaz de fortalecer valores solidários a partir de práticas educativas, centradas na criticidade dos sujeitos, visando à mudança comportamental, o desenvolvimento da organização social e da participação coletiva. Adotamos aqui a definição de sustentabilidade presente na Agenda 21, onde esta é descrita como um processo em permanente construção a nível mundial, envolvendo as seguintes premissas:

ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural e espacial (Loureiro, Albuquerque e Barreto, 2004). Neste aspecto, a cultura é reconhecida como uma dimensão transversal dos três pilares – econômico, social e ambiental – presentes em todas as formas de desenvolvimento (UNESCO, 2009). Assim, a cultura favorece uma abordagem centrada no ser humano, refletindo a complexidade da sociedade e do contexto social, promovendo a pluralidade dos sistemas de conhecimento (UNESCO, 2012).

Sabemos que a extrema pobreza é um fenômeno integrado por várias causas, dentre elas a insuficiência de renda, o acesso precário ou a falta de saneamento básico, além de baixa escolaridade e subempregos. A mesma caracteriza-se como uma categoria histórico-socialmente construída, decorrente da extrema desigualdade social (Yazbek, 2012). Imersos neste cenário, vivemos no Brasil uma realidade de degradação ambiental e social, com o predomínio do assistencialismo e do clientelismo, resultando na espoliação dos recursos naturais assim como em um grande desequilíbrio social (Kronenberg, 2011). O percurso para o alcance de uma sociedade sustentável deve antes de tudo estabelecer uma sociedade mais justa, onde todos tenham os direitos humanos garantidos, e assim consigam viver acima das margens da pobreza. Sabemos que o combate desta é um requisito básico para o alcance do desenvolvimento sustentável (Brasil, 1995). Em busca deste objetivo, no dia 2 de julho de 2011, o Governo Federal lançou o Plano Brasil sem Miséria propondo principalmente ações de combate a extrema pobreza. No ano seguinte, o Programa Mais Educação (PME) torna-se parte integrante deste, atendendo a 33 mil escolas (Brasil, 2012).

Perante o necessário estabelecimento de uma nova forma de vida para o alcance de uma sociedade sustentável, a escola tem um papel essencial com sua capacidade de fomento ao debate, tornando viável a promoção da aprendizagem de habilidades e competências essenciais à efetivação da mesma. Dentro deste cenário, buscamos responder a seguinte indagação: A concepção de educação integral expressa nos documentos do Programa Mais Educação, favorece a promoção da cultura da sustentabilidade?

Metodologia

Realizamos uma pesquisa teórica e exploratória, buscando compreender o fenômeno em estudo, a partir da análise textual discursiva dos documentos disponíveis no site do MEC, diretamente relacionados ao Programa Mais Educação. Entendemos como estudo exploratório, aquele que visa conhecer de forma profunda o assunto, objetivando torna-lo mais claro visando subsidiar a questão de pesquisa (Raupp e Beuren, 2003). Gil

(1946), define pesquisa exploratória, como aquela que se propõe conferir maior familiaridade com o problema em estudo, aprimorando ideais ou levando a descoberta de intuições. Conforme o autor seu planejamento, deve ser flexível, tornando possível a consideração dos mais variados aspectos estudados. Sabemos que a mesma envolve levantamento bibliográfico, podendo assumir a forma de levantamento bibliográfico ou de um estudo de caso.

Na presente pesquisa adotamos o viés bibliográfico da pesquisa exploratória, que apresenta como uma de suas vantagens, o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla do que este poderia pesquisar diretamente. Para a análise dos textos selecionados no site do Ministério da Educação, elegemos a análise textual discursiva. Optamos pela análise textual discursiva de maneira a trabalhar com os significados construídos a partir de um conjunto de textos, os significantes aos quais atribuímos sentidos e significados. As categorias foram estabelecidas a priori, entretanto não descartamos a possibilidade de reorganizá-las no decorrer da análise, já que a análise textual discursiva consiste em uma ferramenta aberta tornando possível a construção e reconstrução de caminhos (Moraes e Galiazzi, 2011). Para a categorização, não adotamos o critério de exclusão mútua, pois entendemos que este não se sustenta frente às múltiplas leituras necessárias a abordagem qualitativa.

Os textos foram analisados a partir das seguintes categorias: direitos humanos, diversidade cultural, proteção integral, educação ambiental, formação integral, promoção da saúde e igualdade de gêneros. Dentre estas categorias, a proteção integral e a formação integral surgiram ao longo da análise textual. As demais categorias foram escolhidas anteriormente, pois o atendimento das mesmas si faz necessário para o alcance da sustentabilidade. Os documentos foram codificados da seguinte forma, cada um recebeu um número, sendo o número posterior referente à unidade de significado . Após a leitura, unitarização e codificação dos textos, foram produzidos metatextos, que organizam e apresentam as interpretações construídas por meio dos textos analisados e derivam do sistema de categorias construídas ao longo da análise.

Resultados e discussão

Base legal do Programa Mais Educação

Quadro 1-Documentos que constituem a base legal do Programa Mais Educação
Disponíveis no site do MEC

Constituição Federal
Decreto N° 7083/10 (Mais Educação)
Estatuto da Criança e do Adolescente
Lei 10172 - Educação Integral
Lei 9.394/96 – LDB
Lei 11494/07 – FUNDEB
Lei 11947/09 - PNAE (Mais Educação)
Manual de Educação Integral /PDDE-2013
Portaria Normativa 17
Portaria Normativa 19 I
Portaria Normativa 19 II
Resolução/CD/FNDE/ N° 38/09 – PNAE/Mais Educação
Resolução/CD/FNDE/ N° 67/09 – PNAE/Mais Educação
Resolução/CD/FNDE/N° 34/2013

Fonte:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114

Após leitura preliminar dos documentos citados, elegemos para análise somente aqueles que estavam diretamente relacionados ao conceito de Educação Integral, como o decreto no 7083/10, o Manual de Educação Integral e a Portaria Interministerial 17 (quadro 1).

Decreto7083/2010

Segundo este, o Programa Mais Educação visa contribuir para a melhoria da aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental da rede pública, por meio da ampliação do tempo de permanência na escola, mediante oferta de educação básica em tempo integral que corresponde à jornada diária de no mínimo sete horas, graças ao desenvolvimento de atividades variadas envolvendo cultura, meio ambiente, saúde, direitos humanos, mídias e outras. Percebemos ao longo do documento o destaque a cultura dos direitos humanos, como um dos princípios da Educação Integral, o que não podemos deixar de mencionar é que a mesma constitui um caminho necessário ao alcance da sustentabilidade. Conforme o artigo 2º do presente decreto, esta deve ser estruturada na diversidade, na promoção da igualdade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero, de orientação sexual, de orientação política e de nacionalidade.

Assim como Ramos e Frangella (2013), defendemos a Educação em Direitos Humanos como uma abordagem para além da consciência política, como uma questão pedagógica que se estabelece na e com a diferença.

Podemos dizer que as atividades desenvolvidas no PME, a respeito dos direitos humanos apresentam um enfoque intercultural, voltado para a promoção do diálogo entre os diferentes saberes, valorizando dessa maneira a cultura como dimensão da sustentabilidade. Tomando como norte Ramos (2011), optamos refletir a respeito dos direitos humanos enfocando a afirmação da diferença e não da universalidade, ampliando os espaços de negociação da diferença de forma que a mesma seja admitida e assumida.

Aqui definimos sustentabilidade como um processo sistêmico relacionado com a continuidade articulada aos processos econômicos, sociais e ambientais, garantindo a preservação do ser humano, da biodiversidade e a manutenção da boa qualidade de vida das pessoas (Costa, 2013). Em relação a esta, o decreto destaca como princípio da Educação Integral, o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos.

Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril DE 2007

O Programa Mais Educação (PME) no contexto da Educação Integral (EI), visa fomentar atividades socioeducativas no contra turno escolar, propiciando maior integração comunitária. Dessa forma, torna-se fundamental a valorização dos conhecimentos oriundos da vida dos alunos, promovendo o diálogo e a tolerância, por meio da diversidade cultural e da cultura de paz, que é um pré-requisito para o alcance da sustentabilidade (UNESCO, 2012). Em relação à promoção da saúde, as ações formativas abrangem perspectivas temáticas referentes ao esporte, lazer, saúde, consciência corporal e segurança alimentar.

A EI em busca da sustentabilidade promove por meio de atividades dentro e fora da escola, o desenvolvimento da consciência ambiental. Refletindo a esse respeito, esperamos que as atividades do PME estejam de acordo com a necessidade de desenvolver nos educandos comportamentos responsáveis e conscientes junto ao meio ambiente e a sociedade. Neste aspecto, a proposição de tarefas com norte na Educação Ambiental para a Sustentabilidade oferece aos aprendizes a oportunidade de refletir sobre temáticas socioambientais, dialogar e sugerir em grupo possíveis soluções, de maneira a transformar a escola em um caminho para a busca de soluções socioambientais passíveis de serem realizadas com a participação dos aprendizes.

Manual operacional de Educação Integral 2013

A EI acentua a importância do educar cuidando, o que vai de encontro ao objetivo do Plano Brasil sem Miséria, que consiste na redução da vulnerabilidade social e na promoção de melhores condições de vida. Esta se caracteriza como o elemento de articulação do arranjo educativo local, em conexão com a comunidade que organiza se em torno da escola.

A EI promove a articulação entre escola e comunidade por meio de atividades na área dos direitos humanos, levando os estudantes a refletirem e dialogarem sobre seus direitos e responsabilidades, por meio de atividades envolvendo fotografias, vídeos, música, literatura e dança. A Educação em Direitos Humanos compreende um conjunto de atividades educacionais que tem a finalidade de promover o respeito aos direitos e liberdades fundamentais, contribuindo para a prevenção e combate ao preconceito, discriminação e violências. Neste cenário, o alcance do desenvolvimento sustentável vincula-se a uma profunda mudança cultural, assim como a universalização e ampliação dos direitos humanos (Vilches et al, 2014). Diante disso, os direitos humanos tornam-se requisitos básicos para a difusão da cultura da sustentabilidade, para que possamos fazer frente a atual situação de emergência planetária que vivemos.

A Educação Integral contribui para diminuição das desigualdades educacionais e para a valorização da diversidade cultural brasileira, combatendo quaisquer formas de preconceito e discriminação, valorizando e favorecendo as diferentes manifestações culturais, bem como a construção de identidades plurais e solidárias. Assim como Moll e Leclerc (2013), defendemos a educação integral voltada para o reconhecimento das diferenças e dos diferentes, favorecendo a emancipação dos educandos e a promoção de uma sociedade mais igualitária.

Busca-se o desenvolvimento de uma cultura de promoção da saúde no espaço escolar, objetivando a garantia da qualidade de vida e o fortalecimento da relação entre as redes públicas de educação e saúde. Nesta perspectiva, a escola pode realizar uma mostra fotográfica sobre hábitos saudáveis no dia-a-dia, promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Por meio de Histórias em Quadrinhos, podem ser trabalhados, os seguintes temas: saúde bucal, alimentação saudável, cuidado visual, práticas corporais, saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso de drogas (álcool, tabaco e outras), saúde mental e prevenção à violência.

O macro campo Educação ambiental/desenvolvimento sustentável e economia solidária e criativa abrange processos pedagógicos que favorecem a construção de valores sociais, de conhecimentos, de habilidades, de competências e de atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental. Assim como Polli e Signorini(2012), consideramos necessário a abordagem das questões ambientais tanto no âmbito formal como no não formal da educação, buscando integrar o homem e a natureza promovendo a participação e a discussão no grupo educativo.

Publicações disponíveis no site do MEC referentes ao Programa Mais Educação

Quadro 2-Publicações analisadas

Bairro Escola – Passo a passo
Cadernos CENPEC – Educação Integral
Educação Patrimonial para o Programa Mais Educação
Educação Patrimonial-Manual de Aplicação
Educação Patrimonial-Fichas do Inventário
Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada - CECIP
Centros e Museus de Ciência do Brasil 2009
Educação Integral - Texto Referência Para o Debate Nacional
Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes
Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil - Estudo Quantitativo
Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil - Estudo Qualitativo
Gestão Intersetorial no Território
Muitos Lugares para Aprender
Passo a passo Mais Educação
Rede de Saberes Mais Educação - Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral
Redes de Aprendizagem – Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender
Tecendo Redes para Educação Integral

Fonte:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727&Itemid=1119

Das publicações acima, após análise inicial, algumas que não estavam diretamente relacionadas à Educação Integral no contexto do Programa Mais Educação, foram descartadas, dentre elas: Centros e Museus de Ciência do Brasil , Educação Patrimonial, A escola que protege, Redes de aprendizagem e as referentes a um mapeamento de experiências de jornada ampliada no Brasil. Destacamos também que a data de publicação

destas também foi considerada, assim todas as publicações com data anterior a data da instituição do Programa Mais Educação como política de EI não foram selecionadas para análise. Dentre estas destacamos as designadas como: Tecendo redes em Educação Integral, Cadernos CENPEC, e Muitos lugares para aprender. Além disso as mesmas não abordavam diretamente o PME.

Bairro-escola

O Bairro-escola tem como condição para a viabilização da EI, a expansão do espaço tradicionalmente dedicado ao aprendizado para além dos muros da escola, de forma a articular relações com outros atores sociais que não atuam no papel tradicional de professores. Dessa forma, por meio da divisão da responsabilidade educativa, espera-se a implementação de uma nova cultura do educar, valorizando as atividades educativas existentes na comunidade e estabelecendo um diálogo entre o saber acadêmico e o popular. Um dos objetivos da EI neste contexto passa a ser a expansão do repertório cultural do aluno, visando propagar uma educação comunitária para que a comunidade torne-se também educadora, nesse processo espera-se assegurar o direito ao aprendizado, ofertando a todos os envolvidos um ambiente acolhedor rico em oportunidades educacionais, culturais e econômicas potenciando a comunidade para que a mesma se torne capaz de promover seu desenvolvimento com sustentabilidade. No ideário do Bairro-educador, todos se tornam responsáveis pela infância e adolescência, o que é reafirmado pelo Estatuto da Criança e da Adolescência(ECA), o qual caracteriza a infância como uma responsabilidade de toda sociedade(Monfredini, 2013).

Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em jornada ampliada

A Educação Integral promove o desenvolvimento da criança e do adolescente em suas múltiplas dimensões, para tal deve-se focar o desenvolvimento das competências de leitura crítica de textos e do mundo, bem como na resolução de problemas concretos. Dessa maneira a proposta de Educação Integral implica ampliação qualificada do tempo, mesclando atividades educativas diferenciadas, contribuindo para a formação integral do aluno.

De forma que viabilize a oferta das atividades do PME, a EI exige dos governantes ações concretas que conjuguem atenção integral e proteção social. A ampliação e a qualificação da permanência dos alunos na escola expande o bem-estar dos mesmos, atendendo a um conjunto de necessidades relativas à alimentação saudável,

prevenção de doenças, recreação e atividades culturais. A Educação Integral torna-se uma via para assegurar aos educandos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Com isso, a escola passa a ser parte de uma rede de organizações que cooperam com ela na formação integral de crianças, adolescentes e jovens, assumindo um compromisso ético com a inclusão social. O direito a uma educação de qualidade é a peça chave para a garantia dos demais direitos humanos e sociais. Para Monfredini(2013), os direitos humanos constituem um marco civilizatório, que procura garantir o respeito à vida, a liberdade e a dignidade, além do desenvolvimento integral do indivíduo. Para a autora, os direitos sociais asseguram aos indivíduos os benefícios fornecidos pelo Estado, que devem ser transferidos a população por meio de políticas públicas sociais.

Educação integral- texto de referência para o debate nacional

Para implementação de um projeto de Educação Integral, torna-se imprescindível a superação de modelos educacionais tradicionais, dessa forma, deve-se abordar conteúdos relacionados à sustentabilidade ambiental, aos direitos humanos, ao respeito, à valorização das diferenças e à complexidade das relações entre a escola e a sociedade. Em relação ao público-alvo, a realidade social destes deve ser analisada, visando estabelecer a promoção de uma prática pedagógica que reafirme a educação como direito de todos, de maneira que a EI integre o campo das políticas sociais, sem perder de vista sua especificidade em relação às políticas educacionais dirigidas aos educandos.

Podemos caracterizar a EI como uma estratégia intersetorial, empregada para minorizar o impacto das dificuldades enfrentadas pelos educandos oriundos de famílias pobres para permanecer na escola durante o período necessário a escolarização, dessa forma o tempo escolar estendido composto por atividades variadas acaba sendo visto como um atrativo para as famílias pobres que buscam para seus filhos uma educação de qualidade. Diante do exposto, consideramos a articulação entre Educação, Assistência Social, Cultura e Esporte no âmbito da EI, como prevenção a situações de violação de direitos da criança e do adolescente, viabilizando também a melhoria do desempenho escolar e a permanência na escola, o que acaba sendo para os alunos a oportunidade de usufruir de espaços culturais e de lazer, ampliando o conhecimento dos mesmos em direção à formação integral. Em relação à política educacional, a EI torna a escola um ambiente

mais atrativo e adequado à realidade e às necessidades dos estudantes e de suas famílias, possibilitando a essa instituição e aos governos, integrarem e ampliarem ações sociais.

A Educação Integral propõe a criação de estratégias que assegurem o acesso aos veículos de comunicação, ao domínio de diferentes linguagens, à prática da leitura, à crítica. Busca-se instituir uma mobilização para a formação que reconheça a diversidade como patrimônio imaterial fundamental da sociedade, que incentive a educação ambiental e o respeito aos direitos humanos. Nessa perspectiva, o tempo escolar deve mesclar atividades educativas diferenciadas, contribuindo para a formação integral do aluno, assim como para a superação da fragmentação curricular e da lógica educativa demarcada por espaços físicos e tempos de aula rigidamente definidos.

Rede de saberes Mais Educação-pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral

A Educação integral requer aproximação e diálogo com a comunidade, considerando os variados saberes da realidade brasileira, de modo a superar termos como contra turno e saberes populares. Assim como Canen (2001) consideramos de extrema importância o papel da escola junto à viabilização de práticas que celebrem a diversidade cultural, em virtude disso ressaltamos a necessidade da sensibilização dos professores a pluralidade cultural. A autora realça o valor da preparação docente junto à diversidade cultural, devido à constatação do estereótipo sobre o rendimento escolar de alunos com universo cultural diverso do geralmente valorizado nas práticas escolares propedêuticas.

Reconhecemos a educação como um dos ambientes da cultura, um ambiente onde a sociedade reprocessa a si mesma recriando conhecimentos. Imersa neste cenário, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além das suas, valorizando o diálogo entre todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre as demais e no contato com estas se transforma (Gadotti, 1992). Inserida neste raciocínio a diversidade cultural, torna-se condição prévia para a sustentabilidade. Dessa forma deve-se buscar articular a cultura escolar a cultura dos educandos, reconhecendo e valorizando os processos de socialização no espaço escolar e os que ocorrem além dos seus muros (Antunes e Padilha, 2010).

São oferecidos sete macrocampos que dialogam com as estratégias de governo: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos e cidadania, cultura e artes, inclusão digital, comunicação e saúde, alimentação e prevenção.

Na estratégia do PME, os programas de governos são mediadores de saberes e apresentam estratégias variadas para a EI.

A Mandala para o programa Mais Educação funciona como ferramenta de auxílio à construção de estratégias pedagógicas para educação integral, passando a promover trocas entre saberes diferenciados. Esta se estrutura a partir do diálogo entre saberes escolares, comunitários e programas de governo, caracterizando um instrumento de construção para projetos de EI que foi criado para demonstrar que os saberes comunitários e os escolares possuem pontos comuns de investigação, com metodologias diferenciadas.

Gestão intersetorial do território

A Educação integral tem como objetivo o acesso à educação pública, assim como a garantia da permanência e a aprendizagem do educando. Neste contexto, o PME foi implementado por meio do apoio à realização, de ações socioeducativas no contra turno escolar, visando o cultivo de relações entre professores, alunos e comunidades, à garantia da proteção social e à formação para a cidadania. A concepção de educação que sustenta o Programa afirma o potencial educativo de amplo espectro das políticas públicas setoriais: Assistência Social, Ciência e Tecnologia, Cultura, Educação, Esporte, Meio Ambiente. Dessa forma, uma proposta de educação integral demanda a articulação de atores sociais e de programas para oferecer uma diversidade de oportunidades garantindo desenvolvimento integral aos educandos.

Silva e Silva(2014), caracterizam a gestão intersetorial como uma oportunidade de troca ,onde o governo pode oferecer uma educação de melhor qualidade superando as fronteiras entre as esferas municipais, estaduais e federais. A intersetorialidade dessa forma, reconhece a capacidade que cada política tem a aportar ao propósito comum: garantir educação integral às crianças, adolescentes e jovens. Inserida neste cenário, a Doutrina da Proteção Integral coloca as crianças e adolescentes no centro das políticas públicas, pois afirma sua condição de sujeito de direitos, a indivisibilidade desses direitos e a prioridade absoluta no atendimento de suas necessidades. Neste aspecto, a Educação Integral exige dos governantes ações concretas de oferta dos serviços públicos, conjugando a proteção integral à proteção social, articulando desenvolvimento social, saúde, esporte, inclusão digital e cultura (Mec, 2011).

Programa Mais Educação: passo a passo

A Educação Integral (EI) difundida pelo Programa Mais Educação(PME), traduz o direito de aprender, como direito inerente a vida e a convivência comunitária, reconhecendo as múltiplas dimensões do ser humano. Presente na legislação educacional brasileira, compreende o ser humano como sujeito de direito, valorizando os saberes trazidos pelos alunos para a escola e a interação com os saberes da comunidade, baixando os muros da escola e abrindo as portas para a troca de conhecimentos expandindo os territórios educativos.

A implementação da EI estabelece a restituição da condição de ambiente de aprendizagem da comunidade, transcendendo à escola como único espaço de aprendizagem, assim neste enfoque a comunidade e a cidade passam a apresentar diferentes possibilidades educacionais e de construção de conhecimento por meio da observação, da experimentação, da interação e, principalmente, da vivência.

A alimentação caracteriza um dos momentos mais ricos de convivência no âmbito da EI. Nesse aspecto, os bons hábitos alimentares podem ser compartilhados, além da difusão de boas maneiras. O espaço físico da escola não pode ser um fator limitante a oferta de EI, para solucionar possíveis entraves diante disso, deve-se realizar o mapeamento de espaços e tempos junto a comunidade atendida, promovendo a interação com estudantes e seus familiares.

O PME constitui uma estratégia da União para induzir a ampliação da carga horária escolar bem como reorientação curricular, na perspectiva da EI, de forma a integrar políticas educacionais e sociais, em direção a valorização da diversidade cultural brasileira. As escolas ao adotarem o PME podem escolher seis atividades agrupadas em macrocampos como: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Considerações finais

Podemos dizer então que as atividades oferecidas pelo PME constituem não somente uma política indutora da educação integral, assim como uma iniciativa importante para o combate a situações de extrema pobreza, dessa forma a educação integral ressurgiu no cenário brasileiro, como uma possibilidade de romper o isolamento dos menos favorecidos economicamente da escola, assegurando condições para o desenvolvimento de

crianças e adolescentes em todos os aspectos da condição humana. Assim como Imbernón (2011), defendemos um ambiente escolar dialógico, mais cultural- contextual e comunitário, onde se valorize a importância do relacionamento equilibrado entre todos que integram a comunidade escolar. Além disso, realçamos a importância do aumento da permanência do educando na escola associado ao benefício do Programa Bolsa família, como uma forma de aproximação entre a família e a escola.

A Educação Ambiental na perspectiva da Educação Integral enfatiza o debate sobre a transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis, com intencionalidade pedagógica de estimular, debater e desenvolver formas sustentáveis de ser e estar no mundo. Teixeira, Talamoni e Tozoni-Reis (2013) nos advertem que a Educação Ambiental como processo educativo, não pode se fundamentar em uma prática pedagógica pautada na apropriação distorcida e simplificadora dos agentes da problemática ambiental. A mesma deve levar os aprendizes a compreender as questões socioambientais em sua totalidade, e instrumentalizá-los para atuar nas transformações sociais que se fazem necessárias. Diante das orientações dos autores ressaltamos a importância da pesquisa em torno das práticas ambientais no contexto da educação integral, de forma a verificar se tais atividades realmente propiciam a formação dos estudantes para a cidadania. Assim os educadores inseridos nesta perspectiva pedagógica, devem se comprometer em criar condições que potencialize os educandos a participarem do processo de ruptura das relações socioambientais que caminham em direção oposta a sustentabilidade. Neste contexto a Educação Ambiental aliada a Educação integral, torna-se um caminho onde a escola prepara os estudantes para a busca de soluções para problemas socioambientais e o alcance de uma vida mais digna e sustentável, por meio da promoção de estratégias que envolvem temas referentes à cultura da sustentabilidade.

Observamos que os textos publicados pelo Ministério da Educação, abordam diferentes aspectos da cultura da sustentabilidade, priorizando a ênfase a educação integral como caminho para aliviar a vulnerabilidade social envolvendo temáticas como direitos humanos, diversidade cultural, igualdade de gênero, saúde e meio ambiente de maneira a subsidiar possíveis atividades a serem desenvolvidas nas escolas integrantes do PME, que em geral elegem os microcampos nos quais as atividades elencadas atendem as necessidades diretas da comunidade onde a mesma se localiza. Embora o direcionamento teórico dos documentos disponibilizados pelo MEC encaminhe e oriente a superação das dimensões turno e contra turno das escolas, o que também consideramos adequado para o

desenvolvimento da cultura da sustentabilidade no cenário escolar, ao longo dos textos analisados não encontramos propostas de atividades capazes de unir os aspectos formais e informais presentes no currículo do ensino básico, o que qualificamos essencial para proporcionar aos educandos uma visão concreta da realidade por meio dos conhecimentos apreendidos na escola. Dessa forma, as escolas integrantes acabam encontrando dificuldades para aproximar as problemáticas abordadas pelas atividades oferecidas no âmbito da educação integral das propostas que caracterizam as atividades curriculares da educação formal. Não ocorrendo assim o necessário intercâmbio entre os docentes das disciplinas curriculares com os profissionais responsáveis pelas atividades do Programa Mais Educação. Diante disso, enfatizamos a importância da necessária atualização constante do subsídio teórico disponibilizado pelo Ministério da Educação as escolas integrantes do Programa Mais Educação e a elaboração de manuais com propostas de atividades socioambientais que integrem o viés formal e informal da educação integral de maneira a promover a cultura da sustentabilidade.

Referências

- ANTUNES, A ;PADILHA, P.R. **Educação cidadã, Educação Integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. 117p. ISBN 978-85-61-910-43-3.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Com-Vida: estratégia de governança nas escolas**. Edição especial. Edição especial. Rio de Janeiro, 2012. 11p. ISSN 1982 – 0283.
- BRASIL, 1995. **Agenda 21**.
- CANEN, A. **Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural**. Educação & Sociedade, ano XXII, n.77, 2001.
- COSTA, M.C.F.F. **Ciências no primeiro ciclo do Ensino Básico: um programa para Educação para Desenvolvimento Sustentável**. 654f. Tese, Universidade de Aveiro, Portugal. 2013.
- GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.
- IMBERNÓN, F. **A formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- JACOBI, P.R; RAUFFLET, E; ARRUDA, M.P. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 21-50, 2011.
- KRONEMBERG, D. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo, Editora Senac, 2011.
- LOUREIRO, C.F.B; ALBUQUERQUE,E.C.P.T; BARRETO, B.M.V.B. **Sustentabilidade, exclusão e transformação social: Contribuições à reflexão crítica da Educação Ambiental e da Comunicação no Brasil**. Ambiente e Educação, Rio Grande, 9: 123-138, 2004.

- MEC, 2011. **Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em jornada ampliada:** como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem.
- MOLL, J; LECLERC, G.F.E. Diversidade e tempo integral: A garantia dos direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 291-304, 2013.
- MONFREDINI, M.I. **Proteção integral e garantia de direitos da criança e do adolescente:** desafios à intersetorialidade. 296f. Tese. UNICAMP, 2013.
- MORAES, R; GA.LIAZZI, M.C. **Análise textual discursiva.** 2. ed.rev.Ijuí:Ed Unijuí, 2011, 224p.
- NASCIMENTO, E.P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v.26, n.74, 2012.
- POLI, A; SIGNORINI,T. A inserção da educação ambiental na prática pedagógica. **Ambiente & Educação** v. 17, n. 2 , 2012.
- RAMOS, A.H; FRANGELLA, R.C.P. Currículo de educação em direitos humanos: sentidos em embates/articulações. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 14-20, 2013.
- RAMOS, A.H. **Educação em Direitos Humanos:** local de diferenças., v. 16, n. 46, 2011.
- RAUPP, F. M; BEUREN, I.M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais.** Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática 3 ,76-97, 2003.
- TEIXEIRA, L.A; TALAMONI, J.L. B; TOZONI-REIS, M.F.C. A relação teoria e prática em projetos de Educação Ambiental desenvolvidos em um bairro de Bauru, SP, Brasil. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v.19, n.3, p.657-676,2013.
- UNESCO, 2012. **De economias verdes a sociedades verdes.** Compromisso da Unesco com o Desenvolvimento Sustentável.
- UNESCO, 2008. **Educação de qualidade, equidade e desenvolvimento sustentável:** uma concepção holística inspirada nas quatro conferências mundiais sobre educação organizadas pela UNESCO em 2008-2009.
- UNESCO, 2009. Relatório Mundial da UNESCO Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural.
- SILVA, J.A.A; SILVA, K.N.P. Analisando a concepção de Educação Integral do governo Lula/Dilma através do Programa Mais Educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. v.30 , n.01 ,p. 95-126 , mar. 2014.
- VILCHES, A., GIL PÉREZ, Dom, TOSCANO, J.C. y MACÍAS, O. (2014). «Derechos humanos y sostenibilidad» [artículo en línea]. OEI. ISBN 978-84-7666-213-7.
- YAZBEK, M.C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

